

# O subsistema partidário da Fronteira Oeste gaúcha (2002-2014)<sup>1</sup>

Cláudio Júnior Damin<sup>2</sup>  
Maurício Michel Rebello<sup>3</sup>  
Leonardo Teixeira Martins<sup>4</sup>

## Resumo

O artigo analisa o subsistema partidário da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul a partir dos dados relacionados à eleição para a Câmara dos Deputados no período de 2002 a 2014. A região é composta por treze municípios relativamente homogêneos do ponto de vista socioeconômico. Busca-se, a partir do estudo de quatro eleições, mensurar a volatilidade eleitoral, o número de partidos efetivos, a força das agremiações partidárias na região e os candidatos que conseguem se eleger tendo como base o contingente eleitoral da Fronteira Oeste. A hipótese central do artigo é a de que há especificidades na região, entretanto, como um todo, o sistema partidário local está alinhado com o sistema partidário nacional.

**Palavra-chave:** Sistema Eleitoral; partidos políticos; Fronteira Oeste gaúcha; eleições.

## The party subsystem of Western Boundary region of Rio Grande do Sul (2002-2014)

### Abstract

The article analyzes the political party subsystem in the region known as West Frontier of Rio Grande do Sul, Brazil, based on the data related to the election for the House of Representatives in the period 2002-2014. The region consists of thirteen municipalities with relatively homogeneous socioeconomic characteristics. From the study of four elections the article seeks to measure the electoral volatility, the number of effective parties, the strength of party organizations in the region and the candidates who were elected based on the size of the West Frontier constituency. The main hypothesis of this paper is that there are particularities in the region, however, as a whole, the local party system is aligned with the Brazilian national party system.

**Keywords:** Electoral system; political parties; West Frontier of Rio Grande do Sul; elections.

## Introdução

“O estudo sobre partidos e sistema partidário é um tema clássico da reflexão política brasileira”, escreveu Nicolau (2010, p. 217) em um trabalho de resgate da produção da Ciência Política brasileira entre os anos de 1985 a 2009. Nesse balanço dos estudos sobre o sistema partidário brasileiro, Nicolau (2010) faz alusão a uma divisão em dois grandes temas que, em boa medida, correspondem também a dois momentos distintos de produção acadêmica.

---

<sup>1</sup> Agradecemos aos pareceristas da Pensamento Plural pelas pertinentes sugestões e recomendações de alterações da primeira versão do artigo.

<sup>2</sup> Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do curso de Ciências Sociais-Ciência Política e especialização em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS. E-mail: superdamin@terra.com.br

<sup>3</sup> Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de Ciência Política na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim/RS. E-mail: mmrebello@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Graduando em bacharelado em Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa. E-mail: leo\_tmartins@hotmail.com

Em um primeiro momento os estudiosos preocuparam-se mais particularmente com a formação dos novos partidos surgidos a partir do retorno do multipartidarismo em 1979. Essa literatura se inicia em meados da década de 1980 e avança até meados da década seguinte, enfatizando, no mais das vezes, os aspectos negativos de nosso sistema partidário e ensejando uma visão pessimista em relação à projeção do futuro.

Uma ideia chave das análises que marcaram esse período é o de institucionalização do sistema partidário. Na perspectiva conhecida de Mainwaring e Scully (1994), a institucionalização seria diagnosticada a partir a) da estabilidade dos padrões de competição partidária, b) do enraizamento dos partidos na sociedade, c) da legitimidade dos partidos conferida pelos atores políticos, e d) independência das organizações em relação aos interesses dos líderes partidários. Mainwaring (2001), na década de 1990, acabou por concluir que o sistema partidário brasileiro possuía uma natureza incipiente e fluída, típica das chamadas democracias não consolidadas de terceira onda.

Um segundo ciclo de estudos, no entanto, alterou essa visão mais “pessimista” acerca do sistema partidário brasileiro, salientando que diagnósticos dessa natureza do sistema partidário foram “mais supostos do que comprovados empiricamente” (BRAGA, 2010, p. 44). Segundo Nicolau (2010), esses estudos concentraram-se na atividade dos partidos tanto no Legislativo quando no Executivo. Relevou-se, então, uma dimensão positiva da atividade partidária capaz de garantir a governabilidade do sistema político brasileiro.

Representativo desse momento é o trabalho de Figueiredo e Limongi (1999) ao apresentar uma visão da governabilidade brasileira. Dentre tantos achados, os autores salientam que há uma lógica partidária presidindo as relações dentro do Legislativo assentado no papel e poder exercido pelos líderes partidários. Com disciplina e centralização dos trabalhos legislativos nas mãos de alguns poucos líderes, mesmo fragmentado, o Congresso não seria um obstáculo à ação do Executivo, uma vez que o presidente concentraria o chamado poder de agenda. A governabilidade do sistema, portanto, viria com a devida concentração do poder decisório no presidente, em sua capacidade legiferante e nas lideranças partidárias.

Essa visão de que o sistema partidário não é tão negativo quanto pressupunham os primeiros estudos sobre o multipartidarismo brasileiro acabou avançando e dominou o *mainstream* da Ciência Política brasileira. Influenciados fortemente por instrumentais analíticos da disciplina nos Estados Unidos, pesquisadores brasileiros avançaram do ponto de vista metodológico nos testes

sobre nosso sistema partidário. Sucessivos estudos aplicaram, para o caso brasileiro, medidas quantitativas como o índice de volatilidade eleitoral e o número de partidos efetivos para diagnosticar, respectivamente, a fragmentação partidária e a instabilidade eleitoral (NICOLAU, 2010).

Braga (2010), por exemplo, demonstrou a diminuição da volatilidade a cada eleição enquanto que Nicolau (1996) salientou que a fragmentação partidária não seria uma ameaça, uma vez que não teríamos no país uma polarização ideológica, esta sim preocupante quando acompanhada por um alto grau de dispersão do sistema. Peres (2005) possui uma interpretação distinta de Mainwaring e Torcal (2005), ao interpretar positivamente um índice de volatilidade eleitoral mais alto, já que representaria maior disputa democrática. Além disso, seria importante a mensuração por Blocos Ideológicos, pois, em países com alta fragmentação partidária é comum um eleitor de um partido comunista, por exemplo, votar, na próxima eleição, em um partido socialista, sem que isso provocasse grandes alterações político-eleitorais. O estudo de Tarouco (2010), por sua vez, aplicando um conceito também importado de institucionalização, concluiu que temos um sistema plenamente institucionalizado.

Esses estudos que buscam compreender nosso sistema partidário tiveram como objeto preponderante a dimensão nacional. Isso significou, na prática, que a composição nacional Câmara dos Deputados e a Presidência da República foram os objetos privilegiados por nossos cientistas políticos. Estudos estaduais, por sua vez, também existem, muito embora em menor quantidade. Por fim, o nível propriamente local do sistema partidário tem sido pouco estudado, bastando observar como são escassas as publicações sobre dinâmicas partidárias que tenham como objeto de pesquisa municípios e suas Câmaras de Vereadores e Prefeituras.

Este artigo, pois, tem o objetivo de auxiliar na diminuição da lacuna de conhecimento sobre os níveis subnacionais de nosso sistema partidário ao elencar como objeto o comportamento eleitoral de treze municípios gaúchos que compõem uma região denominada de Fronteira Oeste. Não se trata, portanto, da análise de um sistema partidário municipal, tampouco de uma unidade federativa, estando nosso objeto de estudo no nível intermediário dessas duas dimensões. É, pois, uma determinada região do estado do Rio Grande do Sul formada por pouco mais de uma dezena de municípios razoavelmente homogêneos do ponto de vista socioeconômico.



Nosso estudo parte do pressuposto, já divulgado por Linz (1996), segundo o qual um país possui variadas heterogeneidades que, por sua vez, produzem dimensões subnacionais ou regionais bastante distintas umas das outras, devendo elas ser levadas em conta nos estudos mais amplos. No caso brasileiro, em particular, conforme acentuam Bohn e Paiva (2009, p. 190), a partir de revisão da literatura, além de diferenças socioeconômicas, encontram-se “enormes diversidades” entre as regiões no que tange à “configuração e desenvolvimento dos partidos políticos e dos subsistemas partidários”.

O objetivo principal deste artigo é, pois, a partir da análise dos dados eleitorais de quatro eleições para a Câmara dos Deputados (2002, 2006, 2010 e 2014), estabelecer as características básicas do sistema – ou subsistema – partidário da Fronteira Oeste<sup>6</sup>. Nossa hipótese principal de trabalho é a de que o sistema partidário da região reproduz, porém com especificidades, as propriedades básicas do sistema partidário em sua dimensão nacional. Por não significar uma simples reprodução, guardando aspectos originais e específicos, podemos considerar a existência de um subsistema partidário na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Nosso trabalho também resgata a lição de Mainwaring e Liñan-Pérez de que as generalizações utilizadas para análise de um país devem atentar para as “especificidades subnacionais”, pois se elas são negligenciadas “corre-se o risco de estabelecer como geral algo que não se pode comprovar se os estados forem observados separadamente” (*apud* BOHN; PAIVA, 2009, p. 189). Analisar, portanto, as características da dinâmica partidária em uma região específica de um estado brasileiro significa, em alguma medida, contribuir para uma melhor compreensão do sistema partidário brasileiro.

Além desta Introdução, o artigo está dividido em cinco outras partes básicas. Na primeira, abordam-se os dados da volatilidade eleitoral da região da Fronteira Oeste, na segunda são apresentados resultados sobre a fragmentação partidária na região para a Câmara dos Deputados e na terceira é avaliada a força dos partidos políticos na região. Já a quarta parte analisa os deputados federais dominantes entre o eleitorado regional, focando o seu desempenho ao longo de tempo na Fronteira Oeste. Na última parte tecemos considerações finais sobre as questões abordadas ao longo do artigo.

---

<sup>6</sup> Por vezes, será utilizada a eleição de 1998 para fortalecer a análise histórica de dados.

## 1 Volatilidade eleitoral

O índice de volatilidade eleitoral tem sido utilizado pela literatura de Ciência Política para atribuir aos sistemas partidários das poliarquias contemporâneas graus variados de institucionalização. Conforme assinalaram Mainwaring e Torcal (2005, p. 255), uma primeira dimensão da institucionalização dos sistemas partidários é “a regularidade dos padrões de competição partidária”. A principal preocupação se dá precisamente com o grau de fluidez do eleitorado, uma vez que em sistemas caracterizados como tendo um baixo grau de institucionalização há “menos regularidade nos padrões de competição” e as organizações partidárias possuem “raízes mais fracas na sociedade” (MAINWARING; TORCAL, 2005, p. 255).

Conceitualmente a volatilidade “refere-se à transferência agregada de votos de um partido para os outros, de uma eleição para a próxima” (MAINWARING; TORCAL, 2005, p. 255). Segundo Peres (2005), seguindo a orientação de Bartolini e Mair (1990), a volatilidade é capaz de revelar se os partidos se constituem em ferramentas importantes para tanto a formação quanto a estruturação de preferências eleitorais, pois capaz de medir a oscilação dessas mesmas preferências. Mainwaring e Scully (1994) sustentam que quanto menor for o índice de volatilidade, mais institucionalizado será o sistema partidário uma vez que haveria maior previsibilidade sobre os resultados eleitorais. Também nessa direção, Mozaffar e Scarritt (2005) pontuam que sistemas partidários mais estáveis servem como obstáculo para que candidatos de tipo *outsiders*, sem compromisso com ideologias partidárias, surjam e se consolidem a partir de seus próprios atributos pessoais de imagem.

A hipótese central da literatura é a de que baixas taxas de volatilidade eleitoral ocorreriam preferencialmente em democracias mais antigas, com sistema partidário enraizado na sociedade e, por isso mesmo, mais estáveis. Nesses países as preferências não seriam, pois, fluídas. O sistema partidário brasileiro, em função de suas altas taxas de volatilidade eleitoral, já fora classificado por Mainwaring (2001) como sendo de baixa institucionalização, algo típico para as chamadas democracias que surgiram a partir da “terceira onda”. É bem verdade que ao longo da década de 1980, e boa parte da década de 1990, nosso sistema multipartidário passou por um realinhamento, o que produziu altas taxas de volatilidade.

O estudo de Bohn e Paiva (2009), no entanto, mostrou que a partir de 2002 as taxas de volatilidade eleitoral começaram a decrescer nacionalmente, tornando-se o Brasil, segundo os dados das autoras, o país sul-americano com menores taxas

de movimentação do eleitorado. Esse achado também foi confirmado pelo trabalho de Marengo (2009) e Peres (2005, p. 145), para quem “não é possível concluir que existe uma instabilidade eleitoral extremamente elevada e crescente no Brasil”.

Sendo a volatilidade eleitoral variável importante para mensurar o grau de consolidação de um sistema partidário, aplicamos sua fórmula para o distrito da Fronteira Oeste entre os anos de 1998 a 2014, compreendendo cinco eleições para deputado federal. Segundo a tabela 01, a região apresenta uma volatilidade eleitoral média de 17,7. Ao cotejarmos esse dado com a tabela de Mainwaring e Torcal (2005) em que consta a volatilidade de 39 democracias, podemos verificar que a volatilidade da Fronteira Oeste entre 1998-2014 não se mostra tão elevada. Estaria, por exemplo, ligeiramente acima da França (17.5) e da Holanda (16.6) e sendo menor que a de Japão (18.6) e Itália (22.1).

Entre os pares de eleição, no entanto, podemos encontrar variações e dois movimentos distintos. Assinale-se, preliminarmente, que a maior volatilidade ocorreu em 2006-2010 e a menor no período imediatamente anterior, 2002-2006. Um primeiro movimento visível se dá nos dois primeiros pares de eleição que apresentam uma diminuição da taxa de volatilidade eleitoral. Essa tendência declinante, contudo, é interrompida com um crescimento a partir de 2006-2010. Esse crescimento foi impactado, em alguma medida, pela significativa redução de votos do deputado Luis Carlos Heinze (PP) nos municípios da Fronteira Oeste, ocorrendo uma maior movimentação das preferências eleitorais.

**Tabela 1** - Evolução da Volatilidade Câmara dos Deputados (1998-2014)

	<b>1998 -2002</b>	<b>2002 -2006</b>	<b>2006 -2010</b>	<b>2010 -2014</b>	<b>1998-2014</b>
Fronteira Oeste	15,8	12,7	21,6	20,6	17,7
Rio Grande do Sul	20,9	14,2	14,0	11,1	15,1
Média brasileira	33,0	27,6	25,6	-	28,7*

\* Média entre as UF. Não foi possível obter a volatilidade para as eleições de 2010 para o Brasil.  
Fontes: Bohn e Paiva (2009); Carreirão (2014); Tarouco (2010) e TSE (2015).

O segundo movimento é, podemos dizer, um refluxo do aumento da volatilidade indicando certa estabilização e, até, com ligeira diminuição. Nesse segundo período, portanto, a volatilidade é maior, tendo sido provocada, em boa medida, pelas quedas eleitorais do deputado federal do distrito, Heinze, e a inclusão de novos candidatos relevantes na região e não filiados à agremiação do

parlamentar<sup>7</sup>. Em todo caso, poderíamos assinalar que a volatilidade da região é de tipo moderada, tornando-se a eleição anterior para a Câmara um preditor razoável para aferir o resultado da próxima eleição e o desempenho dos partidos com um erro médio de 17,7%. Nos Estados Unidos, por exemplo, com um sistema bipartidário consolidado, o poder de predição alcança, segundo Mainwaring e Torcal (2005), quase 97% com um erro de apenas 3.2%.

Comparativamente à volatilidade média da Câmara dos Deputados, percebemos que a região da Fronteira Oeste apresenta uma média sensivelmente menor, indicando uma menor flutuação dos votos. Em contrapartida, no caso gaúcho, a volatilidade eleitoral foi menor, ainda que isto se deva ao aumento da volatilidade eleitoral na Fronteira Oeste a partir da eleição de 2010, enquanto no Rio Grande do Sul o índice ficou estável entre 2006-2010 e caiu entre 2010-2014. Uma hipótese que podemos aventar é que distritos eleitorais informais como o da Fronteira Oeste são mais suscetíveis a mudanças de candidatos. No caso gaúcho, pelo nível de agregação dos dados, pode ocorrer uma espécie de falácia ecológica. Isto poderia ser verificado se outros estudos se propusessem a analisar as votações para a Câmara em outras regiões gaúchas (distritos informais). Em todo o caso, é necessário frisar que historicamente o estado gaúcho é aquele que apresenta menor volatilidade eleitoral, com partidos mais institucionalizados no estado (BOHN; PAIVA, 2009). É importante frisar que os dados de volatilidade eleitoral para a Câmara dos Deputados são relativos à média da volatilidade eleitoral dos partidos políticos nos estados e no Distrito Federal. Caso só fosse computada a volatilidade pelo desempenho partidário em nível nacional, o índice seria menor. Isso reforça a ideia de que dados agregados, no caso da volatilidade eleitoral, diminuem sensivelmente o índice.

## **2 Número efetivo de partidos**

O indicador do número efetivo de partidos políticos é sempre importante para averiguar em que medida as preferências eleitorais estão concentradas ou dispersas. Criado por Laakso e Taagepera (1979), a partir do índice de fracionalização (RAE, 1967), o número efetivo de partidos contribuiu bastante para mensurar o quanto uma dada população é fragmentada. No caso, tal população pode ser as preferências eleitorais como também o número de cadeiras no parlamento. Neste artigo, utilizaremos o indicador com dados eleitorais.

---

<sup>7</sup> A discussão sobre movimentos eleitorais individuais se dará, pormenorizadamente, em uma seção posterior.

No Brasil, tal indicador tem se apresentado como um dos mais altos do mundo (REBELLO, 2013). Assim, o número de partidos políticos no Brasil tem aumentado substancialmente desde a redemocratização. Para termos uma exata noção em termos comparativos, em um banco de dados que abrange mais de cem países o número médio do número efetivo de partidos é de 4,1 (NORRIS, 2008). No caso da América Latina, na década de 1990, tal indicador, entre as democracias, atingiu 3,6 (ALCÁNTRA SÁEZ; FREIDENBERG, 2002).

O grande número de partidos no Brasil incentiva a existência de governos de coalizão. Desde o clássico artigo de Abranches (1988), percebeu-se como o sistema político brasileiro representava um dilema, onde, de um lado, uma alta fragmentação eleitoral, advinda da arena eleitoral, tinha que ser combinada com uma boa capacidade de governo, gerando incentivos a governos de coalizão, que são bastante comuns não só no Brasil, como em outros lugares (LIJPHART, 2003). Assim, pode-se dizer que o Brasil é um dos casos mais significativos mundiais sobre o clássico *trade-off* entre representação política X capacidade de governar.

Ao analisarmos o caso específico da região da Fronteira Oeste podemos averiguar em que medida a fragmentação ocorre a nível local, ou, se pelas dimensões continentais do Brasil, é que ocorre tamanha fragmentação. A próxima tabela indica que as duas explicações podem convergir. Já em nível regional, a competição para a Câmara é bastante fragmentada, apresentando acentuado multipartidarismo. Em geral, todas as eleições ficam próximas da média de 6,9, com exceção da eleição de 2010 onde o índice fica praticamente igual ao do estado do Rio Grande do Sul. O caso gaúcho, aliás, apresentava um padrão similar ao brasileiro, contudo, a partir de 2010, a dispersão eleitoral não acompanhou a brasileira, tendo o Rio Grande do Sul uma competição consideravelmente mais restrita do que a brasileira em 2014. Este nível de fragmentação, já a nível local, permite constatar que a combinação regional dos partidos não é a maior responsável pela fragmentação, assim, eventuais reformas políticas devem visar tal fenômeno.

**Tabela 2** - Número efetivo de partidos políticos eleitorais (NEPE) (2002-2014)

Município	NEPE 2002	NEPE 2006	NEPE 2010	NEPE 2014	Média 2002-2014
Fronteira Oeste	6,5	6,9	7,9	6,3	6,9
Brasil*	7,0	8,0	8,5	10,7	8,6
RS	6,9	8,5	7,8	7,8	7,8

\* Média de todas as unidades da federação.

Fonte: Rebello (2013) e TSE (2015).

Um detalhe importante é que nem sempre a fragmentação em nível eleitoral vai conformar o sistema partidário a nível parlamentar. Isto se deve às regras eleitorais que podem ser mais ou menos permissivas quanto a este processo (NICOLAU, 1996). No caso da composição da Câmara dos Deputados, este número se torna ainda mais fragmentado, com um número efetivo de partidos superior a 12 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014). Isto ocorre por vários motivos, mas o fato é que o sistema eleitoral brasileiro é bastante permissivo à entrada de novos partidos na Câmara.

Atualmente, dos pouco mais de 30 partidos existentes, 28 organizações partidárias possuem representação na Casa. Um dos motivos para isto é a magnitude das circunscrições eleitorais, que são relativamente elevadas – o quociente eleitoral serve como cláusula de exclusão, contudo, a legislação eleitoral, ao permitir coligações em disputas proporcionais, torna a barreira do quociente facilmente contornada pelos partidos políticos menores. Aliada a combinações regionais, o número de partidos políticos no Legislativo brasileiro é tão alto que não há como obter maioria ordinária nem reunindo os quatro maiores partidos na casa (PT, PMDB, PSDB e PP). Tal número é incomparável ao restante das outras democracias. Para que houvesse uma redução substantiva, já a nível local, as circunscrições eleitorais deveriam ser menores. Atualmente, para a Câmara dos Deputados, elas variam de oito a setenta.

### **3 A força dos principais partidos**

A próxima tabela indica a força das candidaturas na Fronteira Oeste considerando somente os votos nominais – os votos na legenda não foram utilizados. Essa escolha segue o procedimento de Nicolau (2006; 2010) que analisa o voto em legenda em separado por compreender que há ali um voto diferenciado. O escopo de nosso artigo não seria o de estabelecer a força dos partidos na região a partir do voto de legenda (até porque eles são geralmente residuais), mas sim a partir dos votos dados nominalmente a candidatos a fim de perceber como a força dos partidos na Fronteira Oeste se vincula primariamente às candidaturas estabelecidas.

Nas eleições para deputado federal na região e durante o período analisado o PP se mostra como a principal força política da região. Entre 2002 e 2006, o partido aumentou sua penetração eleitoral na região e na eleição de 2010 obteve seu pior desempenho na série histórica analisada. Uma nova votação expressiva foi

alcançada na eleição de 2014, atingindo 26,3% dos votos nominais. O crescimento da votação do PP ocorreu, na última eleição, em função da relativa permanência da força política do deputado federal Luis Carlos Heinze (o candidato mais votado no distrito em todas as eleições) e, também, pela candidatura de um vereador progressista no município de Uruguaiiana, o maior da Fronteira Oeste. Com isso, o movimento declinante da votação em candidatos do partido foi interrompido, com a legenda arregimentando mais de ¼ dos votos nominais da região.

**Tabela 3 - Votos nominais na Fronteira Oeste (%) (2002-2014)**

<b>Partido</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
PP (ex-PPB)	24,7	28,3	18,9	26,3
PTB	22,9	18,3	10,5	3,7
PT	15,1	13,7	18,7	18,7
PMDB	10,3	7,5	7,8	10,2
PSB	7,1	7,4	9,1	3,2
PDT	6,2	5,6	15,7	19,6
PSDB	4,3	4,5	3,9	7,9
DEM (ex-PFL)	1,4	3,7	3,0	2,2
PC do B	0,4	2,2	4,3	1,6
PSD	-	-	-	2,5

Fonte: TSE (2015).

Outro partido com grande presença na região é o PTB, constituindo-se, em 2002 e 2006, na segunda força política. Na eleição de 2010, acabou sendo superado pelo PT e PDT, posicionando-se então como a quarta força política regional. Em 2014, os eleitores direcionam menos votos ainda para o partido, colocando-o como a sexta força partidária da Fronteira Oeste gaúcha. Podemos observar ainda que há uma deterioração do apoio dos eleitores ao partido, sendo que em 2002 somava 22,9% dos votos nominais, bem próximo à votação do PP, e, três eleições após, soma apenas 3,7% em 2014.

No pleito mais recente o partido foi particularmente afetado pelo desaparecimento de candidatos com sua base eleitoral. Foi o caso, por exemplo, de Luiz Carlos Riela (ex-deputado federal e de Uruguaiiana) que conquistou quase 13 mil votos em 2010, além de Germano Cabrera Mendes (de Santana do Livramento) com mais de 4 mil votos amealhados em 2010 – ambos não concorreram no pleito subsequente. Além disso, a migração do deputado federal Danrlei de Deus (mais de 5 mil votos na região em 2010) para um novo partido, o PSD, fragilizou o desempenho do PTB na Fronteira Oeste.

Esse partido, aliás, aparece em 2014 com 2,5% de votos na região concentrados quase todos em Danrlei. Vale destacar, por fim, que no período

analisado o PTB não elegeu candidatos que possuem domicílio eleitoral nos municípios da Fronteira Oeste.

O Partido dos Trabalhadores manteve-se relativamente estável entre 2002 e 2006, se posicionando como a terceira força eleitoral na Fronteira Oeste. Entre 2006 e 2010, no entanto, ocorreu um visível fortalecimento do partido na região que se manteve inalterado no último pleito. Nas eleições de 2010 e de 2014 a agremiação obteve 18,7% em cada ano. Vale destacar que o PT não possui candidatos regionais competitivos. A relevante votação dada ao partido se dá devido aos candidatos que geralmente já exercem mandatos na Câmara dos Deputados e que, portanto, buscam a reeleição.

Outro partido importante na região é o PDT que entre 2002 e 2006 se manteve razoavelmente estável na preferência do eleitorado. Nas duas eleições seguintes a agremiação se fortaleceu, sobretudo a partir da candidatura de Afonso Motta em 2010. Naquele pleito, o partido atingiu 15,7% dos votos nominais. A eleição de 2014 assinalou uma maior quantidade de votos em candidatos pedetistas, 19,6%, devido ao surgimento de um candidato do partido com sua base fixada em São Borja e nova candidatura de Afonso Motta que, ao contrário de 2010, conseguiu se eleger deputado federal.

O PMDB, partido historicamente forte no Rio Grande do Sul, tem sido a quarta força política da região, com exceção da eleição de 2010. Nas eleições de 2002, recebe pouco mais de 10% dos votos, contudo, entre 2006 e 2010, a organização perde um contingente razoável de votos, voltando a atingir mais de 10% em 2014.

Na votação do PSB observa-se uma queda considerável em 2014, devido principalmente à redução de candidaturas regionais e de um candidato tradicional do partido. Por exemplo, Nelmo Oliveira, de Santana do Livramento, conquistou 6 mil votos em 2010 e não concorreu em 2014; Claudete Machado, de São Gabriel e com quase 5 mil votos em 2010, também não. Beto Albuquerque, o deputado federal mais votado do PSB em 2010, igualmente não concorreu à Câmara dos Deputados, tendo sido candidato a vice-presidente de Marina Silva.

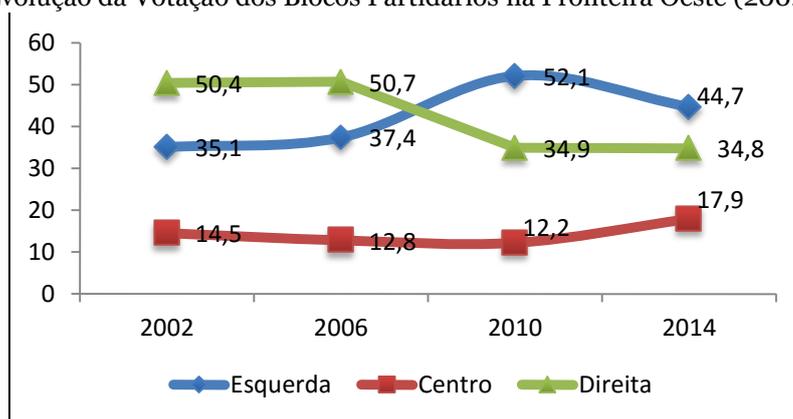
Nos votos do PSDB há um aumento considerável na última eleição, devido principalmente ao surgimento de uma candidata regional com base eleitoral em Uruguaiana. Já o partido Democratas tem oscilado negativamente sua votação desde 2006, quando somava 3,7% dos votos. Na eleição de 2014 somou apenas 2,2% dos nominais. O PCdoB até o ano de 2010 estava tendo um aumento na votação para seus candidatos. Em 2014, houve uma queda, passando de 4,3% em

2010 para 1,6% dos votos válidos no distrito em 2014, em decorrência da retirada da candidatura de Manuela D'Ávila.

Apesar dos cinco maiores partidos da região – PP, PTB, PT, PMDB e PDT – obterem certa correspondência com os maiores partidos nacionais, há claras diferenças entre o tamanho dos partidos políticos em nível local e em nível nacional. A direita, representada pelo PP e PTB, tem um forte peso regional<sup>8</sup>. Como veremos a seguir, tal peso é muito forte em termos de preferências eleitorais. A coalizão que governa o país, PT e PMDB, e que também são as maiores organizações partidárias brasileiras, não conseguem fazer frente ao bloco PP-PTB na região. Contudo, como mostraremos mais tarde, tal força depende de alguns candidatos, com uma institucionalização partidária não tão forte assim, como mostra a enorme queda do PTB.

Reunindo as agremiações por blocos ideológicos, percebemos uma tendência conservadora para a região. No gráfico a seguir, mostra-se a evolução da votação por blocos ideológicos. Considerando-se tais blocos, nos pleitos de 2002 e 2006 os partidos de direita somavam mais da metade dos votos dados a candidatos desse bloco, havendo uma dominância dessa corrente ideológica. A partir de 2010, contudo, o apoio aos candidatos de partidos de direita diminuiu fortemente para 34,9%, mantendo praticamente esse mesmo desempenho em 2014. A direita, portanto, aos poucos perde espaço no eleitorado da região.

**Gráfico 1** - Evolução da Votação dos Blocos Partidários na Fronteira Oeste (2002-2014)



Fonte: TSE (2015).

Os partidos de centro, por sua vez, apresentam trajetória de queda contínua até 2010. Em 2014, observa-se um incremento no desempenho dos partidos de

<sup>8</sup> Nesse artigo, adotamos a seguinte classificação ideológica: direita – DEM, PP, PTB e PSD; centro PMDB e PSDB; esquerda – PT, PSB e PDT. Ver Tarouco e Madeira (2013).

centro, aproximando-se dos 20%. Note-se que teoricamente esse aumento dos eleitores de partidos de centro se deveu a uma queda na preferência pelos partidos de esquerda em 2010.

Os votos dados a candidatos de partidos de esquerda obtiveram um crescimento constante até 2010. É nesta eleição que a esquerda ultrapassa a direita na preferência da maioria do eleitorado da Fronteira Oeste. Esse fortalecimento da esquerda ocorre devido ao aumento da força partidária do PT e do PDT e da diminuição dos votos dados ao PP. Na eleição de 2014, no entanto, há uma inflexão na rota ascendente da esquerda, sendo anotada uma redução de seu apoio para 44,7%. Há, em 2014, um fortalecimento dos partidos de centro ocasionando essa retração dos votos em candidatos de partidos esquerdistas. Ressalte-se que ainda assim o bloco de esquerda continua sendo o mais votado pelos eleitores da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Sua diferença em relação ao apoio da direita, contudo, diminuiu segundo os últimos resultados eleitorais.

Ao analisarmos a votação dos partidos políticos e também dos blocos ideológicos, percebemos que existe certa similaridade com a Câmara dos Deputados, em Brasília. Entretanto, existem especificidades muito próprias da região. O PP possui um peso muito maior em termos de preferência eleitoral na região do que na Câmara – em geral, tem mais que o dobro de seu peso no Parlamento. O PTB entre 2002-2006 possuía mais do que o triplo de seu peso na Casa. O PT, como agremiação mais enraizada, não depende tanto de nomes competitivos, mantendo seu peso regional e nacional muito próximo. Já o bloco ideológico de centro (PMDB e PSDB), possui um peso inferior a 50% do desempenho do Parlamento em quase todas as eleições; a exceção é 2014. O PDT, que em 2002 e 2006 alcança uma força regional bastante similar ao seu desempenho nacional, ganha um patamar muito superior em 2010 e 2014, em função de um candidato da região.

Desta forma, parece haver evidências de que a institucionalização partidária ou a institucionalização por blocos ideológicos depende mais de uma estabilização de candidatos. Ou seja, a lógica brasileira ainda é pessoal na escolha para os deputados federais (NICOLAU, 2006), sendo esta a variável chave para explicar processos de institucionalização. Evidentemente que a alguns partidos tal lógica é menos aplicável, como é o caso petista. A seguir, iremos mapear como foram os principais concorrentes para a o cargo de deputado federal e veremos como alguns nomes são mais importantes do que as organizações partidárias na região.

## 4 Os candidatos que dominam a região

Durante o período analisado, contatou-se que há um deputado que pode ser considerado um representante da Fronteira Oeste. Luis Carlos Heinze, do PP, se manteve como o candidato mais votado no distrito durante os quatro pleitos analisados. Seu domicílio eleitoral é o município de São Borja.

Considerando a tabela a seguir, podemos observar que Heinze, entre os pleitos de 2002 e 2006, obteve um aumento em sua votação no Rio Grande do Sul e, também, na Fronteira Oeste. Em sua votação geral recebeu o apoio de mais de 200 mil gaúchos e um em cada cinco eleitores da Fronteira Oeste votou nele em 2006. Esse foi o melhor resultado, nas quatro eleições analisadas, do político do PP.

**Tabela 4** - Votação de Luis Carlos Heinze (2002-2014)

<b>Votos</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
Votação RS	132395	205734	180403	162462
Votos no Distrito	46976	63350	42314	29750
Votação no Distrito (%)	14,6 %	19,6 %	12,6 %	9,6 %
Relação Distrito/RS (%)	35,5 %	30,8 %	23,5 %	18,3 %

Fonte: TSE (2015).

Após esse ápice eleitoral, as duas próximas eleições assinalaram quedas contínuas de sua votação tanto ao nível estadual quanto regional. No caso da Fronteira Oeste, em 2014, Heinze perdeu mais de 33 mil votos quando comparamos seu desempenho ao resultado de 2006. Em termos proporcionais, o candidato conseguiu atrair o voto de 12,6% do eleitor da região no pleito de 2010 e 9,6% na eleição mais recente. Trata-se de uma tendência de queda clara do desempenho eleitoral de Heinze na região, sinalizando para uma situação de decadência de sua liderança na Fronteira Oeste.

Conforme mostra a tabela, é cada vez menor a contribuição do eleitorado da região para sua votação geral. Em 2002, a Fronteira Oeste compunha mais de 1/3 de sua votação, proporção que foi diminuindo a cada eleição realizada e que em 2014 caiu para menos de 1/5. No entanto, mesmo visivelmente fragilizado em sua região originária, o parlamentar tem conseguido se reeleger basicamente porque tem expandido seu mercado eleitoral para além da Fronteira Oeste.

É interessante notar, entretanto, que Heinze continua apresentando suas maiores votações basicamente em municípios pertencentes à Fronteira Oeste. Na tabela a seguir podemos observar os cinco municípios em que o deputado foi mais

votado durante as eleições analisadas. Há um predomínio dos municípios da Fronteira, com destaque para São Borja, Alegrete e Itaqui.

No ano de 2010, Heinze deixa de ter sua maior votação em São Borja e Santiago assume seu lugar. O município de Santiago é limítrofe a região da Fronteira Oeste. Esse mesmo quadro se repete no pleito de 2014. Também é possível observar a perda de importância de Alegrete na composição de sua votação, uma vez que esse município deixa de ser a segunda maior votação de Heinze (2002 e 2006) caindo para a quarta e oscilando para a terceira em 2010 e 2014, respectivamente. Na região da Fronteira Oeste, há uma clara concentração de votos na figura de Heinze (PP), sendo, possivelmente, o candidato mais forte do que o partido em termos de capital político. Em todas as eleições, por exemplo, o candidato foi o responsável por mais da metade dos votos do PP na região. Na eleição de 2010, por exemplo, foi responsável por 78% dos votos nominais do partido na região. Assim, não seria equivocado dizer, que, historicamente, o PP da Fronteira Oeste é Heinze.

**Tabela 5** - Os municípios com maior votação de Luis Carlos Heinze (2002-2014)

<b>Ordenação de municípios</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
1º Município mais votado	São Borja*	São Borja*	Santiago	Santiago
2º Município mais votado	Alegrete*	Alegrete*	São Borja*	São Borja*
3º Município mais votado	Santiago	Santiago	Itaqui*	Alegrete*
4º Município mais votado	Candelária	Itaqui*	Alegrete*	Candelária
5º Município mais votado	Itaqui*	São Francisco de Assis	Uruguaiana*	Itaqui*

\* Municípios pertencentes à Fronteira Oeste

Fonte: TSE (2015).

Cabe salientar que surgiu, em 2010, um candidato com capacidade para ameaçar a hegemonia de Heinze na região. Afonso Motta, do PDT, e com base eleitoral em Alegrete, restou suplente de deputado federal em 2010 e conquistou a titularidade em 2014. Trata-se de um parlamentar que podemos considerar como representante da Fronteira Oeste na Câmara dos Deputados e que tende a competir eleitoralmente com Heinze na região. Este, como vimos, é cada vez menos dependente dos votos da região para sua reeleição, compensando perdas eleitorais na Fronteira Oeste a partir da ampliação de apoios em outras áreas do Rio Grande do Sul.

No Brasil, como já salientamos anteriormente, os distritos eleitorais são muito grandes por corresponderem à área geográfica dos estados e do distrito federal. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, existem 31 vagas para deputados federais. Contudo, se analisarmos os padrões de votações dos

deputados, notaremos que existem distritos informais onde as votações dos candidatos se concentram em determinadas regiões dentro do estado. A literatura da ciência política brasileira tem se debruçado sobre essas questões e indicado, ao menos, quatro padrões de votações para deputados federais por meio do grau de concentração de votos em um município e o grau de compartilhamento destes votos entre diferentes candidatos (AMES, 2003).

A fim de averiguar o grau de concentração de votos em apenas alguns candidatos na região da Fronteira Oeste, a próxima tabela soma a percentagem de votos nominais dos cinco e dos dez candidatos mais bem votados na região, indicando se existe ou não uma concentração de votos para além do deputado Luis Carlos Heinze.

**Tabela 6** - Concentração de votos entre os candidatos mais bem votados na Fronteira Oeste (2002-2014)

<b>Concentração</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>
Os 5 candidatos mais bem votados	34,4%	38,7%	35,2%	35,5%
Os 10 candidatos mais bem votados	49%	51%	48,7%	48,7%

Fonte: TSE (2015).

Existe uma concentração de votos razoável em alguns candidatos. No ano de 2002, os cinco primeiros mais bem votados concentraram 34,4% dos votos, tendo aumentado para 38,7% em 2006, diminuindo para 35,2% em 2010, número praticamente estável em 2014. Já se consideramos os 10 mais bem votados, o número aumenta para próximo de 50% em todos os pleitos. Evidentemente que dezenas de candidatos recebem votos na região, todavia, somente 10 candidatos perfazem cerca de metade dos votos nominais. Para termos uma ideia dessa concentração, em 2014 houve 305 candidatos aptos a deputado federal no Rio Grande do Sul (TSE), ou seja, menos de 4% destes candidatos concentram mais de 50% dos votos na região.

Tamanha concentração de votos para candidatos da região é extremamente racional do ponto de vista dos eleitores, os quais almejam que um candidato da região seja eleito para que exista representação política local. Exemplo disso é que apenas em 2014 houve a eleição de, pelo menos, dois representantes da região (Heinze e Motta). Uma hipótese alternativa, e mais simples, é que o eleitor não tenha intencionalidade de promover a região, porém vota em seus candidatos em função de uma proximidade geográfica e, conseqüentemente, um maior conhecimento de tais personalidades. Nos outros anos, apenas Heinze vinha sendo o candidato eleito pela região. Esta situação faz com que a disputa em nível local

seja extremamente forte entre os principais candidatos, mesmo aqueles que pertencem ao mesmo partido. Assim, a institucionalização de alguns partidos pode ser um reflexo parcial da institucionalização de alguns candidatos. Caso estes saiam da disputa, haverá uma forte queda da participação do partido na região.

Outro comentário pertinente é que candidatos com os votos quase que exclusivamente concentrados na região também não conseguem obter sucesso. De 2002 a 2014, entre os dez candidatos mais bem votados na região, alguns obtiveram mais da metade do total de votos na região da Fronteira Oeste, contudo, tal estratégia eleitoral é extremamente contraproducente já que o número de votos não é suficiente para a conquista eleitoral. Assim, ter votos na região é importante na eleição, porém, outras regiões também devem contribuir para que um candidato se eleja na Fronteira Oeste<sup>9</sup>. Possivelmente, a competição local, mesmo que se concentre em cerca de 10 candidatos, ainda permite um grau de pluralidade razoável, o que impede que um candidato reivindique todo o território para si. Mesmo o forte candidato Heinze nunca conseguiu atingir mais de 20% de votos na região, mostrando que se existem “coronéis” na área, eles não dominam tanto os votos na região.

## **Considerações finais**

Nosso artigo buscou investigar as características do sistema partidário da chamada Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul e, sempre que possível, compará-las com as do sistema partidário estadual e nacional. A pesquisa, ao estudar os resultados eleitorais das eleições para deputado federal nos últimos quatro pleitos, partiu da premissa de que poderia existir uma natureza distintiva do sistema partidário dos treze municípios da Fronteira Oeste gaúcha na comparação com outras dimensões territoriais como quando consideramos as Unidades da Federação ou, ainda, o país.

O conjunto de dados trabalhados ao longo do artigo confirmou nossa hipótese principal de que é possível identificar um subsistema eleitoral na Fronteira Oeste. Isso significa dizer que o comportamento eleitoral da região, traduzido nos votos dos eleitores a candidatos e partidos, estabelece dinâmicas

---

<sup>9</sup> Em verdade, existem outros elementos que podem influenciar na eleição de um deputado como, por exemplo, o desempenho do partido/coligação ao qual ele concorre. Assim, é mesmo possível que, a depender do nível de competição interna de sua lista, um candidato possa se eleger com uma votação concentrada na Fronteira Oeste sem que necessite de votos de outras regiões (um efeito, por exemplo, e não apenas, dos “puxadores de voto”), assim como necessitar de sufrágios de outras regiões ou, ainda, não se eleger em função da incapacidade de seu partido/coligação atingir o coeficiente eleitoral. No caso das eleições analisadas, o eleitorado da Fronteira Oeste, por si só, foi incapaz de eleger um deputado federal.

próprias e, em alguma medida, diferenciadas em relação ao sistema partidário nacional e estadual.

No caso da volatilidade eleitoral, mostramos como a da região da Fronteira Oeste é, respectivamente, menor e maior que a média brasileira e gaúcha. Apresenta, pois, em termos técnicos, uma flutuação de votos entre as eleições de natureza moderada. Tais números apontam para um subsistema partidário razoavelmente dinâmico e ainda carecendo de um mais robusto grau de institucionalização. Já no que toca ao cálculo do número efetivo de partidos políticos nas eleições, os dados demonstram, na comparação com a média brasileira e gaúcha, valores menores para o caso dos municípios da Fronteira Oeste. Trata-se, em boa medida, de um indicativo de que a competição partidária tende a ser mais fechada nas eleições para deputado federal na região.

Do ponto de vista do desempenho dos partidos políticos, verificou-se inicialmente uma significativa tendência do eleitorado a sufragar em candidatos de legendas classificadas como de direita – 50% dos votos na região nas eleições de 2002 e 2006 foram alocados nos partidos conservadores. Esse padrão, no entanto, sofreu uma interessante modificação a partir da eleição de 2010. Nesse pleito, o bloco de partidos de esquerda melhora substancialmente seu desempenho eleitoral na Fronteira Oeste e, à custa da queda do voto em candidatos de direita, assume a liderança em termos de preferência do eleitorado da região. Na eleição mais recente, os partidos de esquerda, não obstante terem anotado uma redução em termos de votos, seguem gozando do melhor desempenho eleitoral.

Ao desagregarmos os votos, PP e PTB surgem como as agremiações de direita eleitoralmente mais fortes na Fronteira Oeste, ao passo que PT e PDT se destacam entre as legendas esquerdistas. Ao centro, por fim, o partido mais relevante é o PMDB. São esses os cinco partidos que apresentaram, ao longo do tempo, maior densidade eleitoral.

Diagnosticamos, além disso, que em geral a votação dos partidos na Fronteira Oeste reproduz uma dependência em relação aos candidatos. Trata-se, na verdade, de uma marca da lógica brasileira de decisão do voto. Isso significa, em termos práticos, que quando candidatos competitivos que concorreram em uma dada eleição, porém não mais apresentam seus nomes no pleito subsequente, diminuem o contingente de votos dados aos partidos políticos. Uma exceção a essa regra é o PT, em que a lógica personalista possui menor incidência.

Exemplo dessa situação é o caso do PP, cujo desempenho se deve particularmente a Luis Carlos Heinze, eleito deputado em 1998 e reeleito desde

então com votações importantes nos municípios da Fronteira Oeste, mesmo que em visível decadência eleitoral na região. A constatação é a de que caso Heinze desista de concorrer à reeleição, haveria uma significativa probabilidade de uma queda nos votos do PP. O caso do PDT, nesse ponto, também é significativo, pois a agremiação apenas conseguiu agregar mais votos regionais a partir de 2010, não por acaso o marco da primeira candidatura de Afonso Motta, eleito deputado federal quatro anos depois. Trata-se, aqui, de uma espécie de institucionalização de alguns candidatos que, por sua natureza regional, conseguem conquistar mais sufrágios para seus partidos.

Por fim, destacamos que nosso artigo se constitui em um esforço inicial no sentido de compreender o subsistema partidário da Fronteira Oeste gaúcha em suas múltiplas dimensões.

Ao mesmo tempo em que diagnostica e analisa algumas características desse subsistema, não esgota o assunto. Uma agenda de pesquisa se abre para que a região seja objeto de estudos futuros. A eleição de 2014, vale lembrar, resultou em uma situação inédita desde 2002, uma vez que dois candidatos, de partidos distintos e com domicílio na região conquistaram cadeiras na Câmara dos Deputados.

## Referências

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988, p. 5-38.

ALCANTARA SÁEZ, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. Partidos políticos na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 2, 2002, p. 137-157.

AMES, Barry. **Os Entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BARTOLINI, Stefano; MAIR, Peter. **Identity, Competition, and Electoral Availability: The Stability of European Electorates, 1885-1985**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BOHN, Simone; PAIVA, Denise. A volatilidade eleitoral nos Estados. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, 2009, p. 187-208.

BRAGA, Maria. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, 2010, p. 43-73.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lideranças e Bancadas Partidárias**. 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/liderancas-e-bancadas>. Acesso em: 5 abr. 2015.

CARREIRÃO, Yan de S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 14, 2014, p. 255-295.

COREDE-FO. **Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste**: Planejamento Estratégico (2010-2020). Governo do Rio Grande do Sul, 2010.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. Effective number of parties: A measure with application to West Europe. **Comparative political studies**, v. 12, n. 1, 1979, p. 3-27.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LINZ, Juan. Within-Nation Differences and Comparisons: The Eight Spains. In: ROKKAN, Stein.; MERRIT, Richard L. (Eds.). **Comparing Nations**: The Use of Quantitative Data in Cross-national Research. New Haven: Yale University, 1996. p. 267-319.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. A Institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, 1994, p. 43-79.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião pública**, Campinas, v. 11, n. 2, 2005, p. 249-286.

MAPA Administrativo dos Municípios da Região da Fronteira-Oeste do Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em: <http://www.frenteiraoeste.ors.com.br/mapas/mapa-administrativo-municipios-regiao-fronteira-oeste-estado-rs.html>. Acesso em: 27 out. 2015.

MARENCO, André. Desempenho eleitoral, voto partidário e responsabilização nas eleições legislativas brasileiras. In: INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lúcio (Eds.). **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 293-312.

MOZAFFAR, Shaheen; SCARRITT, James R. The puzzle of African party systems. **Party Politics**, v. 11, n. 4, 2005, p. 399-421.

NICOLAU, Jairo. **Multipartidarismo e democracia**: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94). Rio de Janeiro: FGV, 1996.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, 2006, p. 689-720.

NICOLAU, Jairo. Partidos e sistemas partidários: 1985-2009. In: LESSA, Renato (Org.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: Anpocs, 2010.

NORRIS, Pippa. **Driving Democracy**. New York: Cambridge University Press, 2008.

PERES, Paulo. **O Sistema Partidário e a Volatilidade Eleitoral na Dinâmica Democrática Brasileira**. Tese de Doutorado. São Paulo, 2005.

RAE, Douglas W. **The Political consequences of electoral laws**. New Haven: Yale University Press, 1967.

REBELLO, Maurício. **Partidos e governos nas sombras: clareza de responsabilidade, responsabilização eleitoral e sistema partidário no Brasil**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2013.

TAROUCO, Gabriela. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, 2010, p. 169-186.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, 2013, p. 149-165.

TSE. **Resultados eleitorais para deputado federal (1998-2002-2006-2010-2014)**. Tribunal Superior Eleitoral, 2015. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 15 mar. 2015.

Texto enviado em: 04/08/2015  
Aceito em: 10/11/2015